DEBATE DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2009 E DAS OMP 2009-2012

António Marinho

2 de Abril de 2009

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Concluímos o debate na generalidade das Orientações a Médio Prazo e do Plano e Orçamento para 2009.

Podia ter sido um debate diferente. Mas não foi.

Por mais um ano, assistimos ao desfile dos membros do governo a apregoar bem alto o que têm para distribuir. Como sempre, com ausência de critérios bem identificados e sem objectivos claramente definidos. Apenas "mais", o vocábulo mágico. Como se tal fosse garantia de êxito e sinónimo de melhores tempos para os Açorianos.

Mais dez mil, talvez mais doze por cento, quem sabe, mais 1 milhão ou então uma impressionante declaração que anuncia mais vinte e um por cento. Mais, mais….. E basta?

Não é a palavra "mais" que, por si só, atesta a qualidade das opções. Atirar dinheiro para os problemas, está mais do que provado, não gera eficácia, nem eficiência, nem resultados. A verdade é bem outra.

A verdade é que, mais uma vez, falta alma aos documentos que nos preparamos para votar.

Mais uma vez, é o desenvolvimento dos Açores que fica dependente de opções estratégicas - se é que estas efectivamente existem - que se têm revelado incapazes de anular vulnerabilidades que a Região tem do ponto de vista económico ou social, que aliás ficaram bem evidentes enquanto a crise se foi por aqui instalando.

A rotina é o primeiro passo que conduz ao marasmo, é o comportamento que avoluma o problema, é a falta de vontade de mudar. O "mais" desta rotina socialista, como se tem visto, não basta. É a tradução da mais completa falta de originalidade, característica que tão necessária seria para que se encontrassem boas soluções governativas, com repercussões reais e positivas na vida das pessoas.

Chegámos a aventar a hipótese de que este debate podia assumir contornos diferentes. Não foi por ingenuidade. Foi porque acreditámos que a complexidade que vivem actualmente as famílias e empresas açorianas podia mudar os hábitos desta velha maioria. Chegámos a pensar que, pelo menos desta vez, o governo podia deixar de fazer de rico, papel que gosta de desempenhar à custa do dinheiro de todos nós.

Chegámos a pensar que, pelo menos desta vez, talvez por algum descargo de consciência, o debate assentasse menos na publicidade, tantas vezes enganosa, e tivesse um espírito construtivo.

Até podia ter sido um debate diferente. Na realidade, não foi.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Diferente poderia também ser a Região de que falámos ao longo destes dias. Mas, efectivamente, não é.

Uma Região mais desenvolvida seria a consequência natural dos volumosos recursos financeiros disponibilizados aos Açores ao longo de vários anos. Se tivessem sido correctamente orientados, teriam conduzido a bons resultados. Mas tal não aconteceu.

Depois de sete anos de aplicação do último quadro comunitário de apoio, os Açores mantêm-se parados no tempo. A Região não descolou em termos de convergência com a média da União Europeia nos sete anos de vigência daquele instrumento. Nem sequer já é possível abrir a boca através do refúgio em que o governo normalmente se acoitava, quando se limitava a invocar a pouco ambiciosa ultrapassagem de regiões nacionais em franca decadência. É que estas passaram a evoluir a ritmo idêntico ou mesmo melhor. Até neste caso, a estagnação é manifesta. Nula é também a evolução da produtividade da economia açoriana. Contrastando com o recorrentemente publicitado apoio às, e das, empresas, mantém-se no mesmo nível há muitos e muitos anos, com ligeiras altas e baixas sucessivas. Está ao mesmo nível, quem diria, de 1996.

No entanto, o "por vezes desmemoriado" governo, face a tais comportamentos, tem preferido omitir. A queda generalizada que os indicadores relativos a 2007 revelaram foi, apenas e só, "abafada" pelo governo na nota que enviou para a comunicação social. Optou por apenas se referir ao que há muito se conhecia, servindo um prato requentado, não tendo, escandalosamente, qualquer palavra para o que era novidade, a divergência a todos os níveis.

Onde está a verdade que os Açorianos merecem? Onde está a responsabilidade? Onde está a honestidade?

Os Açores estão, incompreensivelmente, estagnados. A falta de uma estratégia adequada não gera capacidade de auto-sustentação. Avolumam-se as soluções artificiais que, no limite, apenas vão mantendo. Só que os Açores não podem limitar-se à resignação. Precisam de mais, não apenas de mais dinheiro. Precisam de respostas que tardam, de respostas que antecipem futuros, como seria exigível a um governo com energia. E esta, se alguma vez chegou a existir ao longo de doze anos, está hoje manifestamente esgotada.

Com efeito, podíamos ter falado de uns Açores diferentes. Mas a crueza dos números não nos confere essa possibilidade.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Na verdade, podíamos estar também perante uma estratégia diferente. Mas não estamos.

No entanto, devíamos estar. Pelo menos, porque devia ser diferente a estratégia associada a documentos que se destinam a um ano que finalmente foi reconhecido como de crise. A tal que hoje em dia é já dado adquirido, depois de admitida finalmente pelo governo, que tanto tempo se esforçou por a rejeitar no discurso, ainda que os Açorianos a sentissem bem presente no seu dia a dia.

Entretanto, o desemprego bate à porta de muitas e muitas famílias, arriando a bandeira agitada pelo governo durante tempo demais.

Já não é possível esconder a realidade. As pessoas sentem e vivem as suas consequências de forma dramática. O que é preciso? Propaganda ou acções efectivas? Ou será de milhões aplicados em remendos? Nos tais em que o governo se tem especializado, mesmo naquilo que devia vir bem embrulhado, ser entregue novinho e pronto para utilizar? Ou preferem acções de "tapa-furos", de "esconde-esconde" ou da recorrente formação a metro?

A opção tem sido, na verdade, pelo alívio por algum tempo e não pela resolução do problema de forma consistente e duradoura. Apenas têm sido adiadas as dores de cabeça, que tendem a voltar posteriormente, mas mais agudas e com o mal já demasiado entranhado.

Basta!

O governo não pode continuar a enganar quem deve conhecer a realidade. O governo é obrigado a respeitar os Açorianos, que não podem continuar a viver das ilusões que a maioria tenta permanentemente fabricar, prejudicando quem deve ser o destinatário último da actividade política.

Omitir e reincidir na omissão é o mesmo que mentir e fazer perpetuar a mentira. E a mentira é o maior pecado que os políticos podem cometer, excepto no caso daqueles que, por opção, preferem atolar-se nos pântanos da baixa política.

Uma situação diferente, como hoje em dia já todos reconhecem, exige soluções diferentes. Manter as mesmas soluções, os mesmos remédios, quando o paciente sofre de outros males, neste caso com consequências substancialmente mais graves, é o mesmo que, na melhor das hipóteses, agravar as dores e aumentar os padecimentos. Para alguns, até o drama pode ser maior e o mal acabar por se tornar doença incurável.

Prosseguindo a metáfora, manter o mesmo será como estarmos na presença de um irresponsável profissional de saúde, que se limita à permanente aplicação da mesma

receita, seja quem for o paciente e sejam quais forem os sintomas que lhe são transmitidos.

A actual conjuntura da economia açoriana necessita de um diagnóstico diferente, carece de outro tipo de tratamento e requer um esforçado acompanhamento. Até por isso, é chocante abrir os documentos que aqui analisámos e rever, quase integralmente, o que já foi visto há um ano, ou há dois, ou há cinco, ou há treze anos.

Exigia-se criatividade. Tornava-se obrigatório procurar novas soluções. Era imperativo que se melhorassem métodos. Seria indesculpável não apresentar outras ideias. Não faria sentido que não se fizessem novas abordagens.

Contudo, nada disso transparece dos documentos que ainda hoje votaremos.

Ainda para mais, também os vícios se preparam para continuar.

Se nada for alterado no instrumento orçamental, a desorçamentação em grande escala ou a sub-orçamentação crónica do sector da saúde, continuarão a integrar o rol das más práticas governativas.

A dívida pública manterá o seu percurso ascendente e poderá chegar a mais de 740 milhões de euros no final do presente ano, transferindo os encargos para gerações futuras, que nada beneficiarão de muitos investimentos não reprodutivos que o governo teima em manter, contra tudo o que a racionalidade económica exige.

Ou seja, o rigor das finanças públicas regionais, que o governo constantemente tem necessidade de apregoar, porque sabe dos artifícios imorais que usa, irá, por mais um ano, manter-se como uma miragem. Mais tarde, chegarão novamente as provas.

Fica, no entanto, uma pergunta preocupante. Até que ponto os Açores conseguirão aguentar mais as consequências de tanta fuga à realidade e de uma constante prática à margem dos bons princípios da gestão orçamental pública? É este o problema e negá-lo é, claramente, uma irresponsabilidade.

Com efeito, o que muda? Nada!

As listas de espera na saúde continuarão a desesperar quem necessita de cuidados de saúde que deviam ser normais no mundo civilizado. Um terço da população açoriana permanecerá sem acesso a um médico de família e os idosos continuarão, vergonhosamente, a ter de recorrer à compra de medicamentos a prestações.

O mesmo poderíamos dizer de outras áreas. Foi o que fizemos ao longo destes três dias.

Com algumas pequenas e honrosas excepções, obviamente. Globalmente, no entanto, os Açorianos continuarão a esperar as mesmas respostas e a mesma atitude.

A estratégia e os maus hábitos não representam, portanto, a diferença. Infelizmente.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Neste debate, pelo menos, a postura socialista poderia ter apresentado novas roupagens. Poderia ter sido diferente. Também não foi.

Manteve-se o espírito acrítico em relação ao governo. Manteve-se o discurso da loa e do elogio, manteve-se a bajulação pacóvia. Manteve-se o malabarismo na interpretação, por vezes no arranjo, muitas vezes na delapidação dos números. Manteve-se a desonestidade política, intelectual e técnica nas apreciações.

Não resistiram. Mais uma vez o discurso preferido, provavelmente imposto pela "nomenklatura", foi o do ataque ao PSD e à sua Presidente. É natural. É legítimo. Percebe-se porquê. Afinal, 2012 não está tão longe assim.

Da nossa parte, fica, com cortesia, o agradecimento público pelas permanentes referências ao nosso projecto e à nossa líder. O sinal de respeito que assim quiseram deixar expresso não poderia por nós ser aqui esquecido, sob pena de parecermos ingratos a quem nos decidiu reconhecer a importância que o Povo Açoriano sempre nos atribuiu.

Não foi, efectivamente diferente a postura, nem parece ser diferente a atitude. Mesmo num ano em que os Açorianos estão, de forma particular, ansiando por respostas para as suas preocupações.

Da nossa parte, como partido de alternativa, assumimos uma atitude responsável. Como, aliás, sempre fazemos.

Recusando soluções fáceis, optámos por apresentar contributos para minimizar as dificuldades sentidas pelas famílias e empresas.

Quando o governo apresentou as suas medidas para combater a crise da economia açoriana, não tomámos a atitude que os socialistas teriam preferido. Não as rejeitámos e até as aplaudimos.

Entendemos, apenas, que não eram suficientes e que algumas poderiam ter abordagens alternativas.

Foi nisso que trabalhámos, numa primeira fase.

Depois, fizemos o que devíamos. Contactámos as famílias, as empresas e as suas organizações. Falámos com quem seriam os seus destinatários.

Deles recebemos o apoio e a congratulação pelo contributo que estávamos a dar. Tivemos a certeza que estávamos no caminho certo.

Partimos para a apresentação de propostas que melhoravam as condições das famílias perante a crise da economia, que já se repercute no domínio social. Propusemos o desagravamento fiscal das pessoas, visando o aumento do rendimento disponível, designadamente da classe média, e o estímulo da economia por via do consumo. Propusemos uma medida complementar e extraordinária no apoio à aquisição de habitação própria, que sendo favorável para a melhoria do bem-estar das famílias, propicia também melhores expectativas para as empresas de construção, fortemente geradoras de emprego.

Propusemos também medidas dirigidas às empresas, destinadas à revitalização da economia, com a consequente estabilidade do emprego. Face a sistemas de incentivos concebidos para um ritmo normal da actividade económica, propusemos a adopção de soluções excepcionais para fazer face a uma situação que é também excepcional, mudando as regras relativas ao adiantamento dos apoios e tendentes à aceleração dos pagamentos respectivos. Propusemos planos de regularização de dívidas das empresas no domínio fiscal e para com a segurança social, permitindo, inclusivamente, o acesso às medidas que o governo criou, do qual muitas empresas se encontram arredadas. Propusemos que os concursos de obras lançadas pelo governo se ajustem à dimensão das empresas de construção açorianas, que enfrentam sérias dificuldades em concorrer num plano de igualdade com as suas congéneres oriundas do exterior da Região.

De todas essas medidas recebemos bom acolhimento dos seus destinatários: as empresas e as famílias. Curiosamente, do governo, recebemos críticas. Recebemos a recusa em as analisar.

Recebemos a indisponibilidade para a presença dos senhores membros do governo nas comissões em que deviam ser analisadas. Mas será que a procura de soluções para minimizar os problemas das pessoas, numa fase como a actual, é algo que possa ser considerado secundário?

Recebemos, em simultâneo, a imposição da prorrogação dos prazos para as analisar, quando antes fomos acusados de ter apresentado contributos demasiado tarde.

Os socialistas não se entendem. Dizem uma coisa e o seu contrário. Estão desnorteados.

No caso dos membros do governo, pelos vistos, a prioridade não passa por analisar contributos que possam melhorar a vida das famílias e empresas açorianas. Enfim, é uma forma estranha de estar na actividade política.

O Presidente do Governo Regional não foge à regra. Há duas ou três semanas, sem as conhecer devidamente, atirou a matar sobre todas as propostas do PSD. Depois deixou que os seus secretários invocassem a necessidade de outros afazeres para adiar a sua discussão. Já neste debate, quis deixar uma atitude magnânima e mostrou abertura para o que dizimara há três semanas. Pelo caminho, trucidou o que o seu Vice-presidente tinha referido no discurso que fizera dez minutos antes.

A desorientação é grande, mas nós continuamos a ter esperança que o bom senso ainda venha a prevalecer.

Os danos podem ser minimizados se a maioria socialista estiver disponível para aceitar as propostas que apresentámos. E queremos deixar claro que ficaremos à espera, até ao último minuto de debate, que o governo reconsidere da sua habitual arrogância e da sua costumeira intransigência.

É essa a atitude que os Açorianos esperam de nós. E ficariam certamente agradecidos se fosse devidamente correspondida.

Se optarem pela manutenção do autismo militante que os caracteriza e do qual já têm a mente e o corpo entranhado, então só podemos dizer que, mais uma vez, estaremos perante mais do mesmo.

Mais do mesmo, um epíteto já corrente entre os Açorianos, definitivamente desenganados e insensíveis às palavras bonitas e às falsas promessas em que o governo se viciou na sua permanente campanha eleitoral.

Se a abertura não existir, será o sintoma claro de que os Açorianos vão sofrer os efeitos de mais quatro anos de um governo cansado, sem chama, sem soluções. Em fim de ciclo, expressão que detestam ouvir mas em que se enquadra de forma cada vez mais notória.

Manter soluções, quando o cenário mudou, tem apenas uma classificação possível. É irresponsável.

Para os Açorianos, um governo que tem como intenção manter o mesmo tipo de governação significa ver adiada a resolução das dificuldades que vêm sentindo. E questionam, certamente, até que ponto vão conseguir aguentar.

Não há volta a dar se para tal não houver vontade.

Esperemos, por isso, que a vontade de responder às dificuldades dos Açorianos ainda apareça entre os socialistas nestes poucos minutos que temos pela frente. Ainda têm tempo para não condicionarem, por mais tempo, a evolução e o desenvolvimento dos Açores.

Se alterarem a atitude, poderemos, por uma nesga, vislumbrar uma remota hipótese de que a estratégia possa vir a conhecer ajustamentos. Pode ser o início de um atalho conducente a alguma, ainda que ténue, diferença. Por enquanto, não é.

Continuaremos à espera de um súbito laivo de bom senso.

Continuidade e insensibilidade, infelizmente para os Açorianos, são, para já, as palavras que resumem o debate que estamos prestes a terminar.

Os Açores precisam de mais, muito mais.

Daí que não possamos deixar de voltar a lançar o desafio.

Tenham, pelo menos, a coragem de apoiar as propostas que apresentámos.

Se as aceitarem, estarão a ajudar os Açores.

Desafiamos também o governo a seguir o sinal que o Parlamento já deu. Acolham o espírito de poupança, de racionalização que todos os partidos aqui aplaudiram e reflictam-no no funcionamento dos gabinetes dos membros do Governo Regional.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Se nada mudarem, teremos um orçamento que não será diferente. O mesmo, com outro dinheiro.

E não resistimos a lembrar um excelente artigo de Paul Krugman, publicado em 27 de Fevereiro passado no "The New York Times", intitulado "Clima de Mudança".

Referindo-se às intenções no domínio da política orçamental apresentadas pelo Presidente Obama, dizia aquele Prémio Nobel da Economia:

"E estas novas prioridades estão contidas num documento cuja clareza e fiabilidade parecem quase inacreditáveis para aqueles que, de nós, se acostumaram a analisar os orçamentos da era-Bush, que insultavam a nossa inteligência em cada página. Este é um tipo de orçamentação no qual podemos acreditar."

Por cá, continuamos sem acreditar. Sentimos, pelo décimo terceiro ano consecutivo, que a nossa inteligência é insultada.

Para já, fica provada a incapacidade de mudarem. Esperamos que, na especialidade, atenuem o irrealismo e a falta de soluções para os Açorianos que trouxeram a este Parlamento.

Continua a ser esse o nosso desafio.

Disse